



INVISIBILIDADES E VIOLÊNCIAS NO ROMANCE AFRICANO *A ÚLTIMA TRAGÉDIA*, DE ABDULAI SILA

INVISIBILITIES AND VIOLENCE ON THE AFRICAN NOVEL “A ÚLTIMA TRAGÉDIA”, BY ABDULAI SILA

José Augusto Soares Lima  <https://orcid.org/0009-0001-5378-6911>
Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino
Universidade Federal de Campina Grande
augusto.lima@estudante.ufcg.edu.br

Maria Marta dos Santos Silva Nóbrega  <https://orcid.org/0000-0002-0985-6484>
Programa de Pós Graduação em Linguagem e Ensino
Universidade Federal de Campina Grande
martanobregaufcg@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10530847>

Recebido em 23 de setembro de 2023

Aceito em 20 de novembro de 2023

Resumo: O presente estudo se debruça no estudo das literaturas africanas de língua portuguesa, mais especificamente, da literatura guineense, tendo as representações das personagens e seus contextos como foco. O objetivo principal dessa pesquisa é analisar a obra *A última tragédia* (2011), de Abdulai Sila enquanto constituição romanesca em território africano, à luz da teoria decolonial em que são observados de forma crítica os princípios da colonização alastrados por séculos e enraizados nas interações sociais no mundo contemporâneo (Santos, 2022). Além disso, elencamos como foco temático as invisibilidades e as violências vividas pelas personagens indígenas em meio ao processo de colonização do território guineense. Para tanto, utilizamos como prática metodológica uma pesquisa exploratória e bibliográfica qualitativa, de natureza básica. Em diálogo com a perspectiva decolonial, a partir das considerações de Santos (2022), Maldonado-Torres (2018) e de estudiosos das literaturas africanas Hamilton (1999), Bonnici (2009), Augel (2011), Noa (2017) e tantos outros mobilizados na fundamentação desse estudo. Assim sendo, os legados do colonialismo apresentam consequências até os nossos dias, manipulando culturalmente as sociedades e dificultando todo o processo de descolonização, contudo, o projeto decolonial abre possibilidades de esclarecimentos dos legados da colonialidade de poder, do ser e do saber estabelecidos historicamente.

Palavras-chave: Literatura guineense. Estudos decoloniais. Romance africano. Invisibilidade. Violências.

Abstract: The present study focuses on the study of Portuguese-speaking African literature, more specifically, Guinean literature, focusing on the representations of the characters and their context. The main aim of this research is to analyze Abdulai Sila's work "A última tragédia" (2011), as a novelistic constitution in African territory, in the light of decolonial theory, in which the principles of colonization spread for centuries and rooted in social interactions in the contemporary world are critically observed (Santos, 2022). In addition, we list as a thematic focus the invisibilities and violence experienced by indigenous characters in the midst of the process of colonization of Guinean territory. To this end, we used as a methodological practice an exploratory and qualitative bibliographic research, of a basic nature. In dialogue with the decolonial perspective, based on the considerations of Santos (2011), Maldonado-Torres (2018), and scholars of African literatures Hamilton (1999), Bonnici (2009), Augel (2011), Noa (2017) and many others mobilized in the foundation of this study. Therefore, the legacies of colonialism have consequences to this day, culturally manipulating societies and hindering the whole process of decolonization, however, the decolonial project opens up possibilities for clarifying the legacies of the coloniality of power, of being and of knowledge established historically.

Key-words: Guinean literature. Decolonial study. African novel. Invisibility. Violence.

1 Introdução

Os estudos literários acerca das representações dos países de língua oficial portuguesa em África (PALOP) indicam projetos estéticos engajados no questionamento ao imperialismo europeu e em seus desdobramentos no processo de descolonização. Nesse sentido, as narrativas ficcionais passam a representar, de forma veemente, na língua do colonizador, a inauguração dos projetos nacionais, celebrando a derrota do sistema colonial (Hamilton, 1999).

Entre as diversas nuances das literaturas produzidas pelos países africanos de língua portuguesa, a ficção guineense ganha contornos expressivos por acomodar a representação local como reação ao domínio metropolitano português. Referimo-nos mais especificamente às produções do autor guineense Abdulai Sila que nos brinda com seu romance *A última tragédia* (2011), foco de nossas discussões nesse artigo associado à perspectiva decolonial enquanto abordagem teórica.

Abdulai Sila é o primeiro romancista guineense, tendo na sua produção os três romances como espaços para o registro das representações do processo de descolonização do seu país. Os enredos de *A última tragédia*, *Eterna paixão* e *Mistida* ocorrem em ambientes diversos e indicam a direção das decepções ocorridas como consequência da política após a descolonização, tendo nas ações de seus protagonistas o substrato de uma nova narração da nação.

No enredo de *A última tragédia*, Abdulai Sila faz-nos conhecer as cores da Guiné-Bissau recuando ao período colonial como estratégia narrativa de representação simbólica da memória viva e presente na descolonização. Nessa experiência de retorno ao passado, de reconstituição da memória, assim como outros autores dos diversos países africanos de língua portuguesa, o autor ressignifica o presente histórico, revisitando os traumas vivenciados no passado colonial numa atitude que em nada indica um saudosismo nostálgico, mas encarando-o como forma de enfrentamento.

O presente artigo tem por finalidade analisar a obra *A última tragédia*, enquanto constituição romanesca no contexto africano, discutindo as invisibilidades e as violências demarcadas na exegese narrativa e que envolvem as personagens indígenas na colonialidade. Desse modo, interessa-nos pensar que a potência da linguagem nas produções do autor guineense passa a sedimentar os questionamentos de valores propagados por séculos de subserviência à metrópole portuguesa, superando o passado colonial traumático, encarado de frente numa ressignificação do contexto atual.

O presente estudo se fundamenta, ainda, na perspectiva decolonial em que os legados do colonialismo apresentam consequências até os nossos dias, tendo a demolição de conceitos e padrões como uma das formas de reação a tal sistema colonial por tanto tempo vigente. Com isso, a quebra com a referência europeia de civilização imposta pela colonialidade aos povos africanos surge pela linguagem como meio de ruptura, ganhando potência na enunciação do texto literário local como ascensão das nações periféricas do ponto de vista do colonizador (Maldonado-Torres, 2018).

Assim sendo, o mergulho na teia narrativa romanesca de *A última tragédia* revela valores sociais forjados através das ações das personagens que foram aniquilados, invisibilizados pelo domínio colonial do âmbito social. Nessa perspectiva, tais anulações saltam aos olhos por suprimirem as cores de uma nação narrada pelas violências cometidas para dar vazão à versão única da História oficial, no entanto, ao ganharem corpo no plano simbólico das literaturas desses países no pós-independência, evidenciam as marcas da resistência aos projetos de pasteurização das culturas da modernidade/colonialidade, tendo o romance como principal instrumento.

2 Nação e decolonialidade na literatura guineense

As produções literárias dos países africanos de língua portuguesa são tessituras que redimensionam a história e as identidades culturais de cada nação que por anos vivenciou a dominação europeia e permaneceu subjugada aos ditames culturais impostos como corretos e civilizados. Desse modo, o discurso está arraigado ao período histórico em que foi produzido, perpetuando o legado da colonização através da linguagem literária que encena padrões impostos pela visão eurocêntrica.

São nessas relações entre os indivíduos, estabelecidas pelos domínios enunciativos da linguagem literária, que se encenam os enfrentamentos entre os discursos mais ou menos poderosos. A herança imperialista resulta na consolidação de supostos detentores de crenças que se propagaram para inscrever as identidades binárias do colonialismo: colonizador/colonizado, branco/negro, europeu/não-europeu, civilizado/selvagem.

Ao narrar a nação, os autores africanos dedicam-se a representar as explorações do colonizador que deixou incutida no imaginário do colonizado a subalternidade de sua condição. É por esse caminho que as mesmas narrativas ficcionais contemporâneas dessas sociedades assumem também papéis decisivos na remodelação das nacionalidades após suas independências.

É válido ressaltar também que a invenção da narrativa histórica singulariza os desdobramentos das narrativas africanas nas representações dos enfrentamentos discursivos forjados pelos contornos estético-ideológicos que inauguram uma mundividência atravessada por valores de África em contraponto às intervenções coloniais.

Dentre o panorama de autores e a fecundidade das produções ficcionais, Abdulai Sila se destaca na ruptura dos modelos coloniais. Nesse contexto, a produtividade de suas composições está na revisitação e reformulação dos registros cotidianos na contação da história oficial e positivista da nação. Com isso, a apropriação e o questionamento da história oficial, por parte de tais narrativas, ocorrem por meio da irreverência das versões apresentadas por vozes até então silenciadas, secundárias às estruturas de poder, ganhando potência pela dimensão enunciativa da narração como confrontação dos poderes destituídos (Noa, 2017).

Ao tomarmos tais narrativas e seus delineamentos estéticos, estamos diante de reformulações emergentes dos contextos da descolonização. Nessa mesma direção, os estudos oriundos da teoria decolonial constituem uma vertente teórica que supera os binarismos da condição pós-moderna. A consideração das diferenças que constituem o intervalo entre oposições remete à redefinição dos estudos das culturas e de suas inscrições ideológicas, motivando mudanças epistemológicas, sociais, culturais, econômicas e, sobretudo, políticas no questionamento às referências estabelecidas durante anos (Maldonado-Torres, 2018).

Diante desse panorama de aspectos, as narrativas de ficção guineenses, mais especificamente o romance *A última tragédia*, de Abdulai Sila, foco desse estudo, transporta a significação de um enredo que reconstitui a memória como estratégia de recobrar os acontecimentos do passado colonial dando voz aos silenciamentos sofridos pela população local (Augel, 2011). O enredo da obra em destaque nesse estudo se passa no período colonial e tem como pano de fundo espaços urbanos e rurais, onde o primeiro está marcado pela forte influência do poder colonial através da presença dos representantes políticos para os colonos guineenses. Por outro lado, estão as cores e resistências dos colonizados refugiados nas aldeias como periferia dessa condição colonial.

É válido ressaltar que a personagem Ndani movimenta-se entre a capital Bissau, Quinhamel/Biombo, povoados próximos à Bissau e Catió, cidade mais distante e ao sul do país. Esse trajeto agrega à narrativa um distanciamento simbólico do centro do poder português na vida da jovem que inicia seu percurso nos serviços domésticos da casa de um casal português, passa à condição de sexta esposa do régulo de Quinhamel, Bsum Nanki e, após rejeitada por não ser virgem, busca uma experiência amorosa com o professor, sem sucesso após a assimetria das relações de poder entre colonizador e colonizado.

Esses três espaços da narrativa enredam uma trama que revela o cotidiano das pessoas e tem como pano de fundo a dominação metropolitana sobre a colônia. É na tensão entre o mundo do colonizado e o mundo do colonizador que se revela, de forma profícua, o conflito entre as culturas africana e europeia, erigindo personagens complexas e antitéticas como o régulo e o professor. Os desmandos e autoritarismos da elite que encabeçou o processo de independência refletiu nos silenciamentos para a propagação de uma História como versão oficial definida pelo colonizador como única. No entanto, Sila ao engendrar seus romances, estabelece uma nova ordem em que a literatura funda uma nação erigida pelas vozes subalternas, alternativas ao registro oficial. Sobre essa expressão literária, Augel (2011) afirma que:

Abdulai Sila é um proeminente representante de uma literatura que pretende recobrar a memória subalterna, recuperando a voz dos silenciados, lançando mão da reconstituição da História como base de um discurso denunciador, dirigido contra um outro, hegemônico e diametralmente oposto. Em seus três romances, o denominador comum é, por um lado, a decepção pelo insucesso da política depois da descolonização e a denúncia dos responsáveis e, por outro lado, a desconstrução do discurso hegemônico, acenando para uma nova narração da nação, a partir da recuperação das margens, trazendo para o centro a periferia, dando voz e ação aos desprestigiados, aos amordaçados pelo poder dominante. (Augel, 2011, p.8-9)

Como forma de reação aos desmandos coloniais, o romance passa a ser instrumento da denúncia, representando as violências desproporcionais vivenciadas pelos colonizados em sua própria nação pelos colonizadores. Dessa forma, faremos um estudo detalhado do romance nesse contexto africano mais à frente na tentativa de mapear essas dobras que a narrativa passa a ter.

Outro ponto importante já mencionado por Augel é esse recobrar da memória colonial como uma forma de não esquecer o passado, de fazer lembrar para ressignificar enquanto exercício estético-literário e político-ideológico. Nessa perspectiva, podemos considerar que a memória humana capta o acontecimento, dando-lhe contornos como marcas da vivência a ser lembrada ou esquecida. A palavra passa a ser registro, arquivo em que estão sedimentadas todas as percepções subjetivas da testemunha, resguardando-lhe a condição de sobrevivente que transita entre a posição de guardião legitimador do acontecimento e a de refém da própria memória a ser esquecida.

Para Ricoeur (2007), a fenomenologia da memória retoma o que os gregos já pensavam sobre a diferença entre a *mneme* e a *anamnesis* enquanto movimentos distintos da memória. Sobre o primeiro, os gregos consideravam como uma lembrança natural, “vinda ao espírito com afecção” (Ricoeur, 2007, p.24), enquanto que o segundo é um “objeto de uma busca geralmente denominada de recordação” (Ricoeur, 2007, p.24). Ainda para o autor, “a pergunta ‘como?’ formulada pela *anamnesis* tende a se desligar da pergunta ‘o que?’ mais estritamente formulada pela *mneme*” (Ricoeur, 2007,

p.24), atribuindo a tais movimentos característica pragmática ou cognitiva, respectivamente. Sobre essa associação, o autor destaca ainda

Esse desdobramento da abordagem cognitiva e da abordagem pragmática tem uma incidência maior sobre a pretensão da memória à fidelidade em relação ao passado: essa pretensão define o estatuto veritativo da memória, que será preciso, depois, confrontar com a história. Enquanto isso, a interferência da pragmática da memória, em virtude da qual lembrar-se é fazer alguma coisa, exerce um efeito de confusão sobre toda problemática veritativa (ou veridictiva): possibilidades de engano inserem-se inelutavelmente nos recursos dos usos e abusos da memória apreendida em seu eixo pragmático. (Ricouer, 2007, p.24)

Ao considerar tais aspectos, Ricouer (2007) enfatiza, no trecho, a importância da transição entre a lembrança em seu sentido cognitivo, respondendo à questão “o que?”, e a lembrança num sentido mais pragmático, respondendo ao “quem?”, em que esteja “centrada na apropriação da lembrança por um sujeito capaz de se lembrar de si” (Ricouer, 2007, p.24), permitindo um relato precisamente fundado naquilo que foi vivido e é reproduzido a partir de um ponto de vista, de um lugar subjetivo.

Frente a tais aspectos, antes de tratarmos a memória numa perspectiva patológica, ressentida pela lembrança dos acontecimentos marcados negativamente, é preciso entender a memória como um elo entre o passado e o presente por ser o único recurso de referência ao passado a que recorremos e de que dispomos. Assim sendo, ao recorrermos à memória ambicionamos uma retomada fiel do passado, deixando de lado, muitas vezes, a relação controversa e escorregadia entre memória e imaginação (Ricouer, 2007). Ao considerarmos tal relação, podemos entender que o testemunho é o encontro das duas vias memória e imaginação, entretecendo na palavra narrada a revisitação performática da experiência vivida. Para tanto, a memória torna-se ponte que transporta até o presente os sedimentos subjetivos do passado, no entanto, é na palavra que o testemunho se singulariza e se aproxima do campo literário. Sobre essa relação entre a memória e a imaginação, Seligmann-Silva afirma

A imaginação apresenta-se a ele como o meio para enfrentar a crise do testemunho. Crise que, como vimos, tem inúmeras origens: a incapacidade de se testemunhar, a própria incapacidade de se imaginar o Lager, o elemento inverossímil daquela realidade ao lado da imperativa e vital necessidade de se testemunhar, como meio de sobrevivência. A imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço. (Seligmann-Silva, 2008, p.106)

De certo modo, os usos e abusos da memória muitas vezes passam pelos interesses coletivos de mascarar o passado, relegando-o a fatos e leituras da história direcionadas aos interesses ideológicos. Mais especificamente, a escolha pelo esquecimento, pelos apagamentos, pelos silenciamentos da memória torna-a refém do que é autorizado, até mesmo, permitido.

Os traumas, as cicatrizes, as feridas são vocábulos utilizados para representar a memória numa dimensão patológica, atribuindo-lhe o desejo de esquecimento pelo indivíduo que dela se utiliza para reviver fatos do passado. Nesse contexto, numa

perspectiva psicanalítica, é possível perceber que a repetição do passado pela palavra testemunhal permite o acesso ao conteúdo recalcado, permitindo ou não uma reconciliação do enfermo com o recalcado para deixar de considerá-lo algo desprezível, mas algo que lhe trará aprendizados para a vida posterior (Ricoeur, 2007).

Nessa perspectiva, a reminiscência retorna ao passado na restituição do vivido, tendo na palavra narrada a matéria-prima para a ressignificação do trauma. Com isso, a tensão entre testemunho e história se impõe por atender às exigências da ambição do relato fidedigno, desconfiando-se da fonte testemunhal por sua relação com a imaginação.

Torna-se importante destacar que há distinções importantes entre a memória coletiva e a memória individual, entre fatos oficiais e versões “extra-oficiais”, frutos da vivência e das percepções subjetivas. Por esse prisma, as fontes históricas são legitimadoras das investigações sobre fatos e acontecimentos, comprovando o que esteve sob suspeição. Nesse contexto, tais fontes são agenciadoras de sentidos históricos em que a memória oficial alcança a coletividade de forma concreta diante de seus olhos.

Em contraponto à memória coletiva estão as memórias subjetivas que resultam das experiências pessoais com acontecimentos cotidianos dos indivíduos. As memórias subjetivas estão, por vezes, subjugadas aos apagamentos, aos silenciamentos advindos da memória coletiva, tida como oficial e instrumento social legitimador. Nessa perspectiva, abrir o campo literário ficcional para as versões subjetivas inaugura a possibilidade de termos leituras em perspectivas diversas em torno de um fato que pela memória oficial foi transmitido sob uma única versão.

Em *A última tragédia* (2011), o retorno ao passado colonial recobra todo o espaço e as interações sociais vividos pela sociedade naquele momento da história. É na trivialidade do cotidiano colonial representado no romance que estão registrados os desmandos e violências, constituindo um discurso narrativo literário denunciador da condição humana do colonizado, habitante das periferias.

Marcadamente fincada nesse “discurso denunciador” está a teoria decolonial na constituição de uma leitura crítica e alternativa da história, rompendo com o olhar eurocentrado de privilégios e elogios ao colonizador em detrimento à óptica do negativo, da barbárie e da selvageria do colonizado. É válido ressaltar que diversas perspectivas críticas surgem em várias partes do mundo como reação aos padrões eurocentrados em que as expressões culturais estavam sujeitas ao enquadramento, sendo classificadas como não-canônicas quando não correspondessem aos seus limites e fronteiras estéticas.

Cronologicamente, na década de 1960 do século XX, surgem os estudos pós-coloniais como abordagem disjuntiva que redimensiona os aparatos teóricos e críticos em torno das produções literárias, tendo foco a crítica sobre os processos de independência dos países colonizados pelas metrópoles europeias. Para tanto, os estudos pós-coloniais estão fundamentados numa abordagem política do texto literário, baseando-se “na íntima relação entre o discurso e o poder” (Bonnici, 2009, p.257).

Na década de 1990 do século XX, surgem na América Latina, os estudos decoloniais que assumem que o colonialismo deixou marcas que desde o fim do colonialismo histórico (a dominação territorial de uma nação estrangeira) perduram por estarem arraigadas aos padrões globais de interação social, tendo na colonialidade a ideia de que tudo que é diferente da visão eurocêntrica é marginal, inferior, bárbaro ou ameaçador. Para os estudos decoloniais é crucial entender que uma das preocupações envolvendo a descolonização e decolonialidade é o conhecimento. Conforme o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2022),

Os estudos descoloniais surgiram na América Latina nos anos de 1990, sendo que a independência política dos países latino-americanos teve lugar no início do século XIX. Essas correntes analíticas assumiram que o colonialismo, um padrão global de interação social que herdou toda a corrosividade social e cultural do colonialismo. A colonialidade é concebida como uma concepção racial abrangente da realidade social que permeia todos os domínios da vida econômica, social, política e cultural. Colonialidade é a ideia de que tudo o que difere da visão eurocêntrica do mundo é inferior, marginal, irrelevante ou perigoso. (Santos, 2022, p.18)

Já as Epistemologias do sul surgem nos anos 2000, a partir do Fórum Social Mundial, tendo como campo de interesse a validação de conhecimentos advindos não só da ciência moderna, tida para a visão ocidentocêntrica como única fonte de conhecimentos comprovados e confiáveis, mas também a nomeação e o destaque de saberes antigos e contemporâneos dos grupos sociais que até então resistiram ao domínio europeu (Santos, 2022). Nesse contexto, entre as considerações teóricas das Epistemologias do sul estão conceitos como a linha abissal, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, a ecologia de saberes, a tradução intercultural e a artesanaria de práticas, abordaremos cada um mais à frente nesse capítulo.

Frente a essa multiplicidade de abordagens críticas anticoloniais, interessa-nos trazer como foco a complexidade na ruptura proposta pela teoria decolonial na qual está a envergadura do seu ponto de vista crítico que encara o objeto literário como lugar de enfrentamentos dos sujeitos inseridos na tensão entre dominador e dominado. Os domínios do âmbito literário como espaço de desenvolvimento de percepções estéticas múltiplas e diversas que se distanciem do cânone europeu, expressão da hegemonia de sua posição imperialista, conduzem o leitor na constituição de uma perspectiva crítica em torno da literatura das nações invadidas.

Retornando ao colonialismo e a partir dele, também surge a consideração de que o centro cria sua periferia. Nessa estrutura binária está subentendida a afirmação do centro como oposição direta ao outro colonizado, à periferia. Dessa relação surge o centro como lugar de superioridade nas relações com tudo o que é fruto da periferia, inferiormente colocado como lugar da ignorância, da selvageria, do atraso cultural.

Na trama de *A última tragédia*, estão expostos nas ações da personagem Ndani sua condição periférica que deseja servir ao colonizador ao bater nas portas perguntando “Sinhora, quer criado?”, saindo de sua aldeia para a capital, buscando aprender modos tidos como civilizados para atuar como empregada doméstica na casa de algum português. No entanto, é possível perceber, no contexto narrativo, que ao conseguir atuar na casa de um casal português, essa subserviência é indicadora de uma adaptação, mas não de uma assimilação cultural:

O fundamental é fazer o que o patrão quer, isso ela tinha aprendido à parte, à sua própria custa. Não foi a madrastra que ensinou. O patrão quer uma coisa, o criado faz. O patrão quer que o criado vá dormir cedo, o criado vai para a cama, dormir é outra coisa. O patrão quer que o criado vá à igreja, o criado vai; se for durante a hora do serviço, tanto melhor. [...] De qualquer maneira, o melhor era sempre evitar problemas, a gente nunca sabe até onde pode chegar a raiva do branco. (Sila, 2011, p.44-45)

Vincada nesse olhar de exploração, é possível perceber que as colônias foram designadas como fontes de dominação. Assim sendo, quaisquer expressões de cultura

foram encaradas como inferiores, abaixo dos domínios europeus, resultando no surgimento do conceito de *raça*, respaldado na posição hegemônica europeia.

Nessa perspectiva, o estabelecimento das diferenças refuta o poder hegemônico das nações “invasoras” em detrimento das culturas “invadidas”. No entanto, o surgimento de expressões literárias desses países colonizados busca, a todo instante, a renúncia aos mandos dos colonizadores, inaugurando estilos, perfis e formas literárias que não sucumbem às heranças imperialistas. Nesse ínterim, ao discutir e tentar teorizar acerca da decolonialidade, Maldonado-Torres afirma:

A teoria decolonial [...] criticamente reflete sobre nosso senso comum e sobre pressuposições científicas referentes a tempo, espaço, conhecimento e subjetividade, entre outras áreas-chave da experiência humana, permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar a descolonização. (Maldonado-Torres, 2018, p.29)

Frente a tais questões, as subjetividades referenciadas pelo enredo da narrativa em estudo constituem perfis reativos à condição de colonizados, culminando na expressão do pensamento de libertação das amarras sociais que atravessa a existência de cada uma das personagens. Desse modo, ao analisarmos os protagonistas e suas ações no contexto da narrativa (Ndani que foge do vaticínio que lhe foi atribuído de maldição, o régulo que valoriza o pensamento e o professor que não age como assimilado), temos nuances da descolonização fundamentadas na resistência às instituições de poder metropolitanas.

3 Invisibilidades e violências no romance *A última tragédia*

O gênero romance ganha corpo com o passar dos séculos, chegando à vida moderna com traços de uma narrativa plástica e adaptável aos diversos contextos e usos socioculturais. Dessa forma, ao pensarmos o romance na modernidade estamos diante de um gênero desprestigiado por séculos por ter em sua vocação o vínculo com a realidade social e circunstancial do mundo real, adaptando-se por meio de uma liberdade contestada por tantos críticos de sua condição de expressão literária.

Sobre isso, Marthe Robert (2007), afirma:

Com essa liberdade do conquistador cuja única lei é a expansão indefinida, o romance, que aboliu de uma vez por todas as antigas castas literárias – as dos gêneros clássicos –, apropria-se de todas as formas de expressão, explorando em benefício próprio todos os procedimentos sem nem sequer ser solicitado a justificar seu emprego. E, paralelamente a essa dilapidação do capital literário acumulado por séculos, apodera-se de setores cada vez mais vastos da experiência humana, vangloriando-se de conhecê-la profundamente e da qual faz uma reprodução, ora apreendendo-a diretamente, ora interpretando-a à maneira do moralista, do historiador, do teólogo e, até mesmo, do filósofo e do cientista. Similar sob muitos aspectos à sociedade imperialista em que nasceu (seu espírito de aventura é sempre um pouco de Robinson, que não por acaso transforma sua ilha deserta em colônia), ele tende irresistivelmente ao universal, ao absoluto, à totalidade das coisas e do pensamento; com isso, sem dúvida alguma,

uniformiza e nivela a literatura, porém, fornece-lhe esquadros inesgotáveis, uma vez que não existe nada de que não possa tratar. Gênero revolucionário e burguês, democrático por opção e animado por um espírito totalitário que o leva a romper obstáculos e fronteiras, o romance é livre, livre até o arbitrário e até o último grau da anarquia. Paradoxalmente, todavia, essa liberdade sem contrapartida não deixa de lembrar muito a do parasita, pois, por uma necessidade de sua natureza, ele vive ao mesmo tempo na dependência das formas escritas e à custa das coisas reais cuja verdade pretende “enunciar”. E esse duplo parasitismo, longe de restringir suas possibilidades de ação, parece aumentar suas forças e ampliar ainda mais seus limites. (Robert, 2007, p.13)

Frente a tais aspectos, essa liberdade formal tão destacada por Marthe Robert (2007) e por outros estudiosos da teoria do romance como elemento definidor da narrativa romanesca, torna-se ponto de relevo por acomodar na narrativa diferentes formas de narrar, inaugurando-se a cada obra, a cada autor, a cada ato de narrar em que sejam agregados à narrativa essa adaptabilidade do romance.

A escritura romanesca em África passa por longos processos de reinvenção até chegar aos enfrentamentos discursivos surgidos pela perspectiva da decolonialidade. A língua do colonizador passa a ser instrumento da ruptura com os padrões europeus. A reformulação do idioma do colonizador pelo colonizado indica que os valores culturais também se miscigenaram na constituição das identidades subjetivas entre povos inseridos num mesmo território geográfico.

É válido ressaltar nesse ponto que o gênero romance, ao chegar em território africano, passa a assimilar as cores locais, redefinindo as próprias fronteiras enquanto gênero ocidental. Com isso, o romance tem uma trajetória que se confunde com o surgimento do capitalismo e da classe burguesa no continente europeu, sendo necessário destacar que a forma literária romance na modernidade está atravessada pelos valores de uma sociedade que tem nos costumes os reflexos das ideologias dominantes. Assim sendo, tal gênero, mesmo tendo a missão de propagar aspectos da dominação europeia, em África, passa também a assimilar aspectos das culturas locais numa tentativa de fazer acontecer sua plasticidade intrínseca. Sobre isso, Leite et al (2022), afirmam

O romance é uma forma literária importada que encontrou no continente africano uma ambiência estética e ideológica prodigiosa para figurar as contradições sociais, políticas, econômicas, culturais, religiosas mais acentuadas de um enorme território imensamente complexo, atravessado por vicissitudes e por impasses atinentes à ancestralidade, à colonialidade e à contemporaneidade, em face das condições históricas de uma modernidade periférica renitente. (Leite et al, 2022, p. 10)

A profusão de aspectos estéticos firmados na narrativa romanesca em meio às nacionalidades do continente africano é um fato consolidado que ratifica o gênero como instrumento que acomoda os hibridismos da condição das produções pós-europeias. Nessa perspectiva, a diversidade de formulações estéticas varia de acordo com os territórios em que cada sistema literário acomoda como expressão da nacionalidade elementos decisivos como as suas particularidades sociais, políticas e culturais.

Com uma formação heteróclita, o romance africano traduz os paradoxos da colonização em que ao mesmo tempo é legado da dominação pela língua do colonizador e própria mundividência expressa em suas representações, também passa, ao longo do

tempo a acomodar questionamentos à ordem imposta, reinventando configurações, formatos e características, formando peculiaridades e hibridismos que denotam uma posição de “entre-lugar” em que a tradição e a modernidade, colonizador e colonizado, civilidade e selvageria convergem numa tensão representativa da conjuntura de cada nacionalidade.

É válido salientar que o pluriperspectivismo cultural presente no continente africano abastece a plasticidade inerente à narrativa romanesca, passando a agregar formulações estéticas difusas que se dedicam a representar os desmandos da dominação europeia, os valores e ideais de libertação das nações dominadas e as pressões sofridas pelas sociedades em busca das próprias independências. Nesse ínterim, o romance é espaço de enfrentamentos discursivos e ideológicos em que os tensionamentos políticos são representados através do cotidiano das personagens, dos espaços sociais em que transitam e dos contextos em que atuam na exegese narrativa, articulando elementos estéticos próprios como, por exemplo, a linguagem da narrativa que acomoda expressões das línguas locais em uma espécie de simbiose com a língua portuguesa e a força performática da oralidade potencializando a enunciação da palavra escrita.

O romance ganha notoriedade também por acomodar os processos históricos que se passam em sociedade, numa espécie de enquadramento temporal em que a narratividade é alimentada por um cotidiano em constante movimento e transformação. Acerca disso, Ana Mafalda Leite e demais autores (2022), afirmam

O gênero romance se configura como uma forma literária privilegiada para explicitar as temporalidades difusas, a longa duração em movimento constante e em transformação ininterrupta que caracteriza diversos contextos nacionais e regionais do continente africano. Assim, o romance pode ser considerado uma projeção estética e ideológica que vislumbra as múltiplas temporalidades africanas, contemplando dialeticamente a ancestralidade, a colonialidade e a contemporaneidade, como trânsitos epocais em devir, que vão da valorização das mitologias milenares, que passam pela quadra da luta armada renhida e que chegam aos desencantos da atualidade. Ademais, o romance é uma forma narrativa de apurada contestação artística, desde sua origem euro-ocidental, englobando revolução política, compromisso ético e consciência crítica da ordem social em processo de mudança, sem renunciar ao conhecimento do passado e à asserção da própria voz na História da humanidade (assenhoreamento de um passado descolonizado, no caso africano). Assim, obra avultadas recusam estereótipos africanos, enfatizam os prejuízos da ocupação colonial, bem como também apontam entraves permanentes das coletividades africanas oriundas da tensão no período de transição entre a colonização e a descolonização e seus desdobramentos posteriores. Abordam ainda as agitações sociais, os dilemas étnicos e raciais, os conflitos armados, assim como dissabores das diásporas seculares por outras paragens (deslocamentos compulsórios e/ou forçados) (Leite et al, 2022, p. 11-12).

Frente a tantos aspectos, o romance avança e ganha território literário no processo de independência das nações, meados do século XX, agregando às lutas nacionalistas a força das denúncias dos desmandos dos poderes coloniais e a força de superação de tal dominação nos territórios. Além disso, o romance, enquanto gênero de forma aberta, passa a retratar as temporalidades do passado pré-colonial, colonial e do

presente pós-colonial, numa tentativa de reescrever a história, muitas vezes, de forma crítica em torno das experiências do passado traumático.

Essa problematização dos processos históricos confere ao romance uma identidade literária em que as lutas e resistências, os avanços e retrocessos políticos, as continuidades e transformações sociais tornam-se capital estético-literário de representação das sociedades. Com isso, a memória enquanto arquivo histórico passa a ser mote para a ressignificação e revitalização de processos sociopolíticos em que a forma romanesca é instrumento de reconstituição das sociedades pós-independência. Nesse sentido, as expressões culturais locais passaram pelo processo de supressão e apagamento como estratégia de descarte, inferiorização pelo colonizador, encontrando na expressão literária uma forma de resistência. Esses movimentos evidenciam as violências intrínsecas à colonialidade, ratificando a desumanização provocada pelas invasões dos territórios não-europeus.

O movimento dialético entre colonizador e colonizado inaugura uma guerra em que a naturalização das violências passa a ser atitude corriqueira no cotidiano desse espaço de imbricações. Por essa perspectiva, a invisibilidade do colonizado é consequência de uma estratégia aniquiladora da existência humana, reduzindo-o à condição de selvagem, feio, estranho.

Para Maldonado-Torres (2018),

A modernidade/colonialidade é um paradigma de guerra que se coloca como justo e que faz o contexto colonial sempre violento, uma situação que normaliza a violência bem além das fronteiras das colônias e ex-colônias. A violência é desencadeada em múltiplas direções, mesmo na metrópole, sendo que os sujeitos colonizados tendem persistentemente a ser os alvos diletos da violência sistemática. Entretanto, na medida em que qualquer violência é reconhecida nesse contexto, os próprios sujeitos colonizados são percebidos como razão final para tal violência. (Maldonado-Torres, 2018, p.38)

Na trama de *A última tragédia*, estão diversos episódios de violências por parte do colonizador contra o colonizado. Nesse sentido, o uso do plural demarca que não só a violência física é utilizada como abuso, mas também violências sexual, ideológica, cultural. Duplamente violentada, Ndani sofre com a dominação do casal português que impõe a cultura europeia e a religiosidade cristã como padrão a ser seguido pela criada. Além dessas expressões de imposição violenta, a violência sexual a fazia vítima do padrão, culminando no abandono do régulo após o casamento.

As exigências da missão e os sucessos contínuos da sua acção afastavam-na cada dia mais do seu lar. As suas preocupações pelas almas a salvar levaram-na a esquecer um vício antigo do marido: violar criadas.

Lembrou-se disso um dia à tarde, quando regressou à casa antes da hora habitual e ouviu gemidos no quarto da criada. Não foi necessário entrar no quarto, soube logo o que tinha acontecido. O que não soube foi o que dizer ao marido, que naquele preciso momento abandonava o quarto da criada com o rosto a sangrar de arranhões, a camisa aberta, as calças desabotoadas, os pés descalços... (Sila, 2011, p.66)

A invisibilidade vivida pela condição feminina demarca a dominação do homem branco enquanto detentor do poder colonial. A patroa flagra as agressões, mas silencia, talvez compartilhando com o marido a cumplicidade da violência à empregada, recalca a revolta ao presenciar a violência em nome da dominação do colonizado ali personificada pela serviçal. Por outro lado, o serviço de forma silenciosa aos patrões, sendo meio de dominação, corroi Ndani na condição de mulher violentada, sedimentando a experiência colonial nas relações cotidianas.

Ao sair dessas amarras na casa dos patrões, Ndani imagina que ao casar-se vai servir ao régulo, seu marido, passando a ter uma casa própria e que talvez pudesse reproduzir, por meio de uma melhor condição, um pouco do que sofreu enquanto empregada. No entanto, ao ser rechaçada pelo régulo passa pela condição de “esquecida” para viver as consequências dos atos do antigo patrão ao violentá-la sexualmente.

Nesse percurso, Ndani se distancia da capital aos poucos, simbolicamente permitindo um distanciamento da zona urbana, zona de maior expressão da dominação portuguesa. Nesse sentido, quando a personagem encontra certa autonomia e escolhe com quem irá se relacionar, no caso, o professor, colocando-se como protagonista da própria história, ela chega a Catió, um espaço mais interiorano, mais propício ao que pensou para uma vida tranquila junto com o professor.

Mesmo tendo como destino a última tragédia ao ser separada do homem que escolheu para amar, Ndani vive um percurso, um trânsito entre as cidades que se assemelha aos retirantes do nordeste brasileiro que buscam uma vida melhor em outro espaço, que passam a perambular entre as cidades da região sudeste em busca de vida digna. Do mesmo modo, Ndani carrega a esperança de viver em lugares favoráveis à identidade da qual desfruta sua cidadania, mesmo que sitiada, buscando distância do centro do poder física e emocionalmente.

Segundo Augel (2011),

Para submeter os povos conquistados, o colonizador considerou necessário quebrar-lhes a vontade, coisificá-los, surrupiar-lhes a língua, as crenças, as tradições, engabelá-los com mistificações e roubar-lhes a capacidade de escolha própria. Desprestigiar, desconsiderar a cultura autóctone em detrimento da cultura imposta, embriagando o colonizado com o elixir da civilização, foi uma tática recorrente e eficiente. Em A última tragédia, nota-se, a cada passo, as estratégias que vão de encontro ao discurso maniqueísta da época que insistia em estigmatizar os “nativos” como ignorantes, ingênuos, incapazes, referências reducionistas, justificativas para o ímpeto dominador e para a espoliação inescrupulosa.

O romance espelha, em vários momentos, a distância entre o mundo do colonizado e o mundo do colonizador. Apresenta a vida da jovem Ndani na capital; mostra a tensão provocada pela ingerência estrangeira como, por exemplo, os choques entre o administrador português do lugarejo e o chefe tradicional da tabanca, além de quadros que desvelam a vida tradicional do meio rural guineense, com o seu apelo ao sagrado e ao mistério, sua hierarquia, a posição da mulher, a vida cotidiana nas aldeias antes da independência. (Augel, 2011, p.11)

Além da violência contra a mulher africana, duplamente invadida, o sistema colonial agride o régulo e o professor. Quaisquer personas sociais que estejam fora da nacionalidade dominante colonizadora é alvo das agressões, supressões e invisibilidades

propagadoras dos desmandos imperialistas. Em cada uma dessas personagens, a força do sistema oprime de forma assimétrica, desigual. Por esse olhar, o régulo sofre com a mão de ferro do administrador, reduzindo-o à dúvida de sua capacidade de pensamento, típico assédio da expressão de poder do colonizador.

À frente da tabanca, o régulo representa o povo da localidade e projeta ações do modelo metropolitano como a convocação de “Homens-grandes” como uma espécie de conselho deliberativo na sua gestão e a construção de uma escola para “fazer pensar” o povo. No entanto, ao ser desacreditado pelo poder metropolitano, está subentendido que sua condição de colonizado se evidencia frente ao administrador como representante da dominação portuguesa.

Já ao professor, ocorre que sua formação o direciona para a reação ao sistema colonial, atribuindo-lhe prestígio social. O saber passa a ser instrumento libertador das amarras das quais os indígenas foram amordaçados. Nesse sentido, por existir de acordo com a máxima cartesiana do “Penso, logo existo!”, o professor passa a agir no mundo que lhe rodeia na tentativa de desvincular as novas gerações do projeto colonial. No entanto, com o desenrolar dos fatos no enredo, com o desentendimento com o filho do administrador e a acusação de assassinato do chefe português, a agressão física é apenas uma manifestação de violência comparada à supressão da existência do professor devido aos fatos em que se envolveu.

Para Augel (2011),

O Professor, [...], educado desde menino pelos padres, desapega-se dos ensinamentos adquiridos, evoluindo para uma liberdade de pensamento e de ação, ousadia que lhe acaba custando caro. Agente propagador dos novos tempos, caracterizado pelo autor como um homem digno e altivo, o Professor, em contacto com o povo da aldeia, aos poucos ultrapassa a estreiteza do pensamento discriminatório dos missionários, reconhecendo os valores tradicionais. Seu ideal como mestre não se traduz em transmitir aos alunos a cultura do branco, mas sobretudo instrumentá-lo para enfrentar as mudanças da modernização que não podiam ser mais evitadas. (Augel, 2011, p.10)

Esses dois últimos personagens apresentam algo em comum: o desejo de “fazer pensar”. Para o régulo e para o professor, dominar o saber é existir, é resistir ao sistema colonial opressor português. Dessa maneira, é válido asseverar que a palavra narrada acomoda o diálogo entre os contornos da ficção e as cores da realidade guineense, elevando à máxima potência os domínios enunciativos expressos na obra de Sila. É na enunciação que estão as possibilidades de sedução do leitor no ato de narrar, como expressão de poder herdado pela palavra, antes exclusivamente falada, agora reinventada na escrita.

A reação aos padrões coloniais advindos do poder restritivo e limitador europeu busca mecanismos em que sejam minimizadas tais influências imperialistas sobre os instrumentos de representação literária, a exemplo, o idioma. Como estratégias de descolonização os autores dos países colonizados utilizam-se da ab-rogação e da apropriação em suas escrituras para demarcar no idioma, na linguagem da obra a abertura literária para representar os silenciamentos herdados por anos de dominação. A teoria decolonial desmarca as fronteiras do poder dominador para a implantação de literaturas que subvertam as estruturas impostas pelo controle imperial.

4 Conclusão

Ao tomarmos a literatura guineense nos deparamos com a produtividade das formulações das narrativas romanescas em África. Nesse contexto, o romance traz em sua trajetória histórica essa flexibilidade em representar as sociedades das quais extrai as transformações e costumes, as temporalidades e os valores, imbuindo-se desse enquadramento histórico, estético, político e ético para comunicar a complexidade e multiplicidade de relações humanas. Mais especificamente, no continente africano, o romance passa a agregar aos seus domínios os valores e cores do território no qual está inserido, narrando as nações e suas expressões culturais próprias.

Por esse prisma, os gêneros modernos, a exemplo do romance em toda sua adaptabilidade e plasticidade, em que seus aspectos recorrentes estão amalgamados às manifestações culturais, indicam a redefinição ou uma indicação do desaparecimento das fronteiras da teoria literária ocidentalocêntrica, desfazendo padrões e inaugurando novas formas de narrar.

O ato de narrar reinventado pela narrativa guineense, configura-se em *A última tragédia* como definidor de uma narrativa vinculada ao cotidiano do indígena e dos costumes autóctones mais comuns, representando na teia narrativa a complexidade de uma sociedade atravessada por identidades assimétricas nas relações sociais.

Além disso, vemos personagens envoltos numa substância narrativa que desvela no âmbito enunciativo o recobrar da memória traumática, a ser esquecida, mas constantemente lembrada, revisitando um tempo passado, colonial, para narrar as instabilidades e tensões de uma nação dominada pelo poder colonial, implementadora de um projeto em que sujeita os colonos, em especial, as mulheres às invisibilidades e violências cotidianas.

Assim sendo, oriundos de uma ordem imperial nefasta, tais processos de dominação estão inscritos na narrativa de maneira violenta nas agressões físicas, psicológicas e sexuais vividas pelas personagens em contextos de trabalho forçado, exigindo silenciamentos que a história oficial encobriu por séculos, mas que passa a ser matéria literária para não deixar morrer a memória para que não se repita em meio às sociedades plurais contemporâneas das quais desfrutamos liberdades mesmo que sitiadas.

Referências

AUGEL, M. P. **O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. **Três faces da nação.** In.: SILVA, A. *A última tragédia.* Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

BONNICI, T. **Teoria e crítica pós-colonialistas.** In.: BONNICI, T; ZOLIN, L (orgs). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas.* 3.ed.rev. e amp. Maringá: Eduem, 2009. p.257-285.

HAMILTON, R. **A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial.** *Via Atlântica*, n. 3, p. 12-23, dez. 1999.

LEITE, A. M; BERGAMO, E. A; BRUGIONI, E; CANEDO, R. **O romance africano: tensões, conexões, tradições.** Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

MALDONADO-TORRES, N. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas.** In.: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo horizonte: Autêntica, 2018.

NOA, F. **Uns e outros na literatura moçambicana:** ensaios. São Paulo: Kapulana, 2017.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROBERT, M. **Romance das origens, origens do romance.** Trad. André Telles. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

SANTOS, B. S. **Descolonizar:** abrindo a história do presente. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SILA, A. **A última tragédia.** Rio de Janeiro: Pallas, 2011.